

A teoria econômica e a crise

Alan Kirman¹

“Uma verdade científica não triunfa convencendo os seus oponentes, fazendo com que eles vejam a luz, mas, ao invés, porque os seus oponentes eventualmente morrem e uma nova geração cresce familiarizando-se com ela”

Max Planck, *Autobiografia científica* (1949)

A primeira coisa que vem à mente quando se observa o debate entre os economistas sobre a crise é que a teoria econômica estava encerrada numa bolha e que essa bolha, agora, estourou. As reações a esse fato têm sido ou ignorá-lo, esperando simplesmente a crise passar, ou passar a anunciar o retorno de um dos nossos antigos heróis, Keynes. Os economistas parecem estar sendo vítimas tanto de memória curta como de certa incapacidade para antecipar o próximo desenvolvimento teórico. Periodicamente, eles passam a acreditar que agora têm o “modelo certo” e que todos os esforços anteriores podem ser despejados na lixeira da história. Quando o modelo atual vier a se tornar completamente em desacordo com a realidade, a reação será voltar ao modelo anterior, repreendendo os modernizadores por tê-lo perdido de vista. Alguns economistas têm tentado acrescentar um pouco de perspectiva histórica [Reinhart e Rogoff (2008), por exemplo, argumentaram que esta crise é apenas uma entre muitas outras similares], mas o debate global continua a estar motivado ideologicamente e a se mostrar muito míope.

Tudo isso parece estar equivocado. Suponha que se aceite que a teoria econômica, tal como o próprio sistema econômico, seja um sistema complexo adaptativo. É de se esperar, então, que passemos a vê-lo em constante evolução, levando em conta tanto os novos conhecimentos teóricos quanto a evolução da própria economia. Não se esperará ver a teoria evoluir para certo modelo, admitindo que ele represente melhor o sistema econômico, pois esse próprio sistema está mudando. No entanto, é razoável esperar que a teoria em evolução seja pelo menos capaz de prever a ocorrência das grandes crises, as quais periodicamente vêm abalá-lo. É aqui que surge um problema com a resposta pronta: “já vimos tudo isso antes”. Ao se acreditar que essas crises são uma característica inerente à evolução das economias, então, certamente, torna-se necessário desenvolver modelos capazes de incorporá-las. Nesse caso, dever-se-ia evitar o hábito usual de pensar com base em noções de equilíbrio, alegando sempre que algum grande choque exógeno atingiu o sistema. Ora, os choques raramente têm sido identificados. Reconhece-se, agora, amplamente, que raramente os pontos significativos de reversão em todos os principais índices de preços de ações foram devidamente noticiados, acusando a existência de um choque.

Uma abordagem mais razoável seria aceitar que esses grandes e abruptos movimentos ocorrem devido à própria dinâmica endógena do sistema. Tudo aquilo que tem sido considerado com padrão nos modelos macroeconômicos em uso vem sendo justificado por seus proponentes com base na alegação de que estão fundados em uma

¹ Fonte original: Alan Kirman – Economic theory and the crisis. In: *Real-World Economics Review*, nº 51 (1), dezembro de 2009, p. 80-83; <http://www.paecon.net/PAEReview/issue51/Kirman51.pdf>

cientificidade superior em relação aos seus precedentes. Isto significa que estão baseados nas decisões racionais de indivíduos marximizadores. Há, contudo, dois problemas com essa argumentação.

Equilíbrio

Em primeiro lugar, sabemos desde meados da década de 1970 que agregar o comportamento de muitos indivíduos racionais não necessariamente levará a um comportamento consistente com o comportamento de algum “agente representativo”. Os bem conhecidos resultados de Sonnenschein, Mantel e Debreu mostram isso, minando assim os fundamentos da macroeconomia em geral. Apesar das suposições heróicas sobre a racionalidade dos indivíduos, não é possível nem a unicidade nem a estabilidade de equilíbrios.

E estes não são apenas problemas técnicos. Se não se é capaz de mostrar que as economias ou os mercados irão alcançar certo equilíbrio, então este último se torna um artefato puramente intelectual. Se não se pode garantir a unicidade do equilíbrio, o exercício habitual de estudar o impacto de algumas medidas de política por meio de estática comparativa não faz sentido. A razão para recorrer a um “agente representativo” torna-se óbvia. Na economia de uma pessoa, há um equilíbrio único e estável! No entanto, isto levanta outro problema. Mesmo se é possível construir um agente representativo cujo excesso de demanda corresponde ao excesso de demanda médio de todos os agentes econômicos, pode ser o caso, como apontou Mike Jerison (1997), que essas preferências contraditam àquelas da população que supostamente representa. Assim, não é possível fazer julgamentos com base no bem-estar de utilidade do agente [para uma discussão sobre os pontos fracos da abordagem do agente representativo ver Kirman (1992)].

Teoria e evidência

Tudo isso pressupõe a aceitação do axioma padrão de racionalidade e isto leva a um segundo problema. Os axiomas que são usados para definir “racionalidade” são baseados supostamente na introspecção dos economistas e não sobre o comportamento observado dos indivíduos. Os economistas, de Pareto à Hicks e Koopmans, apontaram há muito tempo essa deficiência. Assim, eles têm ficado na desconfortável posição de precisar elaborar modelos, os quais não têm bons fundamentos científicos, pois se baseiam na idéia de que a economia como um todo se comporta como um indivíduo racional. Ora, a economia comportamental tem oferecido uma variedade de evidências mostrando que a racionalidade em questão tem pouco ou nada a ver com a forma como as pessoas se comportam.

Por que eu digo que não olhamos para trás suficientemente? Considere a hipótese dos mercados eficientes, a qual que governou o campo da economia financeira por alguns anos. O seu criador, como se sabe, foi Louis Bachelier, autor que desenvolveu a noção de movimento browniano no começo do século XX. O seu argumento de que os preços das ações seguem certo processo estocástico, depois de ter sido ignorado por muitos anos, foi redescoberto e aclamado pelos economistas tanto por razões analíticas quanto por razões ideológicas. Contudo, pouco depois de ter escrito o seu relatório aprovando a tese de Bachelier, o grande matemático francês Henri Poincaré (1905) observou que não seria sensato considerar o modelo ali apresentado como base para a análise de mercados financeiros. Pois, observou: os indivíduos num mercado estão próximos e, por isso, não tomam decisões independentemente uns dos

outros – ao contrário, eles se comportam como “rebanho”. Desse modo, Poincaré apresentou claramente uma das características mais importantes dos mercados financeiros e o fez muito antes de os economistas modernos virem retomar este tema para explicar “volatilidade excessiva”.

Apesar disso, essa teoria continuou o seu caminho ignorando as evidências empíricas e a crítica teórica, não apenas uma, mas duas vezes. O primeiro deles foi o desenvolvimento da teoria da carteira ótima de Markowitz (1952), autor este que utilizou a hipótese de que as mudanças nos retornos dos ativos obedecem a uma distribuição de Gauss. Apesar das evidências empíricas e das teses apresentadas por Mandelbrot e outros, esta hipótese prevaleceu, já que, com ela, poder-se-ia aplicar o teorema do limite central. E não a família de distribuições estáveis de Levy que seriam preferíveis do ponto de vista de Mandelbrot. A mesma coisa se aplica ao desenvolvimento do modelo de Black-Scholes (1973) de precificação de opções. Este modelo novamente se assenta no pressuposto refutável e já refutado de que o preço de um ativo segue um processo log-normal. Esse tipo de teoria foi levado à frente ignorando as suas próprias fraquezas e apesar das críticas de muitos matemáticos e economistas.

Com relação ao modelo de equilíbrio geral, cujo pioneiro foi Walras, ele recebeu já de Poincaré uma crítica contundente: este último autor escreveu ao primeiro para questionar as suas premissas de infinita previsão e infinito egoísmo. A última poderia ser tomada como uma primeira aproximação, mas a primeira se afigurava duvidosa no mínimo. Apesar disso, se em certas áreas da teoria econômica, a pesquisa já se afastou dessas hipóteses, ainda se pode ver uma macroeconomia baseada em equilíbrio geral mantendo centralmente essas duas hipóteses.

Assim, tanto o progredir do modelo de equilíbrio geral quanto o evolver da hipótese de mercado eficiente têm uma característica em comum – apesar da evidência empírica contrária e apesar de sua fraqueza teórica, ambos continuam em processo de desenvolvimento como se a crítica não tivesse jamais existido.

O futuro da economia

Por que somos tão relutantes em considerar diferentes modelos e diversas ferramentas teóricas? Como alguém disse: se os economistas passaram pelo século XX, desenvolvendo e aperfeiçoando um modelo baseado na física do século XIX, então, talvez no século XXI, eles passem a trabalhar com um modelo baseado na física do século XX. Dado que os interesses prevalecentes são fortes, contra isso, Paul Krugman assinalou que pedir aos economistas para que assumam um novo conjunto de instrumentos teóricos se afigura, provavelmente, pedir demais. Descartar a noção de equilíbrio normalmente empregada, passando a estudar o sistema de modo dinâmico e fora do equilíbrio é um passo grande demais para os economistas.

Sem dúvida, esse tipo de inovação acabará por vir, de tal modo que os estudantes de pós-graduação irão estudar sistemas de agentes em interação, ao invés de modelos centrados no *homo economicus*. Hans Foellmer (1974), em um trabalho pioneiro, defendeu a tese de que não podemos ignorar a interação direta entre os indivíduos e sua influência sobre as preferências. No entanto, ele estava e ainda está muito à frente de seu tempo. No presente momento, colocar as externalidades no fulcro do modo de influência das ações de uma pessoa sobre as ações de outra, ao invés de considerá-las como “imperfeições” embutidas no modelo de equilíbrio, vem a ser um passo necessário.

Ao passarmos a defender que a interação entre os indivíduos é importante, temos de especificar a estrutura dessa interação. Isso significa que temos que estudar a composição e a fragilidade das redes que estruturam a interação entre as pessoas, fazendo dessa análise algo central e não apenas um tema periférico, embora fascinante. Eu mesmo já sugeri que a mente do economista deve se voltar para a idéia de considerar o sistema econômico como um sistema interativo, passando a investigar os problemas justamente mencionados (Kirman, 2009).

Tais mudanças são essenciais se é que a ciência quer progredir; a inércia na profissão de economista, porém, tem sido forte. Ao mesmo tempo, a teoria econômica tem mostrado que é capaz de avançar rapidamente para uma nova fase, mas os economistas podem muito bem organizar uma resistência para que isto não venha a ocorrer no futuro imediato. De qualquer modo, ao final, os economistas vão avançar do modo prevido por Max Planck.

Referências

- Black, F. and M. Scholes, (1973) – The Pricing of Options and Corporate Liabilities. In: *The Journal of Political Economy*, Vol. 81 (3).
- Debreu, G. (1974) – Excess demand functions. In: *Journal of Mathematical Economics*, Vol. 1, p. 15–23.
- Foellmer H (1974) – Random Economies with many Interacting Agents. In: *Journal of Mathematical Economics*, vol. 1, p. 51-6.
- Jerison, M. (1997) – Non-representative Representative Consumers. In: Discussion Papers 97-01, State University of New York at Albany, Department of Economics.
- Kirman, A. (2009) – Complex Economics: Individual and Collective Rationality, forthcoming Routledge, Abingdon.
- Kirman, A. (1992) – Whom or What Does the Representative Individual Represent? In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 6(2), p. 117-36
- Mantel, R. (1974) – On the characterization of aggregate excess demand. In: *Journal of Economic Theory*, vol. 7, p. 348–353.
- Markowitz, H. (1972) – Portfolio Selection. In: *Journal of Finance*, 7(1), p. 77-91.
- Poincaré H, (1905) – La valeur de la Science. Paris : Flammarion.
- Reinhart, Carmen M., and Kenneth S. Rogoff, (2008) – This Time is Different: A Panoramic View of Eight Centuries of Financial Crises. In: NBER Working Paper, nº 13882.
- Sonnenschein, H. (1972) – Market excess demand functions. In: *Econometrica*, vol. 40, p. 549–556.